



Por uma administração urbana efetivamente democrática: urgência do desmanche das amarras das relações sociais fundamentadas na colonialidade

Cláudio Jorge Moura de Castilho¹

Resumo

Partindo da hipótese segundo a qual a colonialidade persiste no tempo-espaço da sociedade brasileira, reverberando-se inclusive na administração urbana, o objetivo geral deste artigo reside na defesa da perspectiva de uma administração urbana efetivamente democrática, ou seja, voltada, concomitantemente, para os interesses dos povos oprimidos (originários e segmentos da classe trabalhadora). Para isto, colocamos como condição sine qua non o desmanche das amarras históricas das relações sociais fundamentadas na colonialidade do poder e das mentes. A metodologia utilizada fundamenta-se na abordagem do materialismo histórico dialético associada à da decolonialidade, pela própria abertura, flexibilidade e dinâmica dessas posturas complementares frente à realidade da cidade. A suplantação das perspectivas teórica e prática do “espaço vazio” a ser permanentemente preenchido com objetos espaciais visando à viabilização dos interesses do sistema capitalista colonial-moderno-racista constitui um ponto de partida para a conquista dos territórios e das mentes decoloniais.

Palavras-chave: decolonialidade; espaço vazio; sistema capitalista colonial-moderno-racista; Recife.

Por una administración urbana efectivamente democrática: urgencia de dismantelar los vínculos de las relaciones sociales basadas en la colonialidad

Resumen

Partiendo de la hipótesis según la cual la colonialidad persiste en el tiempo-espacio de la sociedad brasileña, repercutiendo incluso en la administración urbana, el objetivo general de este artículo radica en defender la perspectiva de una administración urbana efectivamente democrática o sea centrada, también, en los intereses de los pueblos oprimidos (originários y segmentos de la clase trabajadora). Para ello, ponemos como condición sine qua non el dismantelamiento de los vínculos históricos de las relaciones sociales basadas en la colonialidad del poder y de las mentes. La metodología utilizada se fundamenta en el enfoque del materialismo histórico dialéctico asociado al de la descolonialidad, por la propia apertura, flexibilidad y dinámica de estas posiciones complementarias frente a la realidad de la ciudad. El dismantelamiento de las perspectivas teóricas y prácticas del “espacio vacío” para ser

¹ Professor do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); atua nos programas de graduação (bacharelado e licenciatura) em geografia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da UFPE; pesquisador de produtividade em pesquisa N1-D do CNPq; líder do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da UFPE; temas de pesquisa: desenvolvimento, meio ambiente, uso social do território, movimentos sociais, políticas públicas, espaço do/a cidadão/ã, etc. E-mail: claudio.castilho@ufpe.br

llenado permanentemente con objetos espaciales destinados a habilitar los intereses del sistema capitalista colonial-moderno-racista constituye un punto de partida para la conquista de territorios y mentes decoloniadas.

Palabras-clave: descolonialidad; espacio vacío; sistema capitalista colonial-moderno-racista; Recife.

For an effectively democratic urban administration: urgency to dismantle the social relations bonds based on coloniality

Abstract

Starting from the hypothesis according to which coloniality persists in the time-space of Brazilian society, even reverberating in urban administration, the general purpose of this article lies in defending the perspective of an urban administration effectively democratic, e.g., focused, also, on the interests of oppressed peoples (origins and segments of the working class). For this, we place as a sine qua non condition the dismantling of the historical ties of social relations based on the power and minds' coloniality. The methodology used is based on the dialectical historical materialism approach associated with decoloniality, due to the very openness, flexibility and dynamics of these complementary positions in the face of the city's reality. The supplanting of the theoretical and practical perspectives of "empty space" to be permanently filled with spatial objects aiming to enable the interests of the colonial-modern-racist capitalist system constitutes a starting point for the conquest of territories and minds.

Key words: decoloniality; empty space; colonial-modern-racist capitalist system; Recife.

Notas introdutórias

Desde a formação, expansão e consolidação do modo capitalista de ser e pensar no mundo – a partir, precisamente, dos séculos XV/XVI – que o espaço geográfico é, em todas as escalas do seu acontecer histórico, socialmente usado e ocupado para fazer valer os interesses de geração de riquezas e acumulação das classes dominantes. Estas, assim, vêm conquistando e dominando tudo o que encontram no seu caminho a fim de formar territórios como lugares da realização dos seus propósitos hegemônicos do poder e cultura.

Fundamentando-se no discurso da modernidade inerente às concepções de ser e pensar sob os parâmetros do eurocentrismo, a Europa até o início do século XX – e, *mutatis mutandis*, os Estados Unidos da América após a Primeira Guerra Mundial –, conquistou outros espaços do Mundo para a expansão do seu poder imperialista e cultural.

A referida conquista aconteceu, na verdade, por meio de invasões, destruindo povos originárias e suas respectivas culturas, bem como saqueando suas riquezas naturais com a finalidade de, apenas, conquistar espaços visando alimentar, sobretudo, o processo de

acumulação primitiva do capital nas metrópoles colonizadoras.

Foi neste contexto que espaços da Ásia, África, América e Oceania foram invadidos e, sob a perspectiva de “espaço vazio”, foram conquistados e dominados. Nessa perspectiva, os seus povos foram explorados, subalternizados e oprimidos – e mesmo dizimados – com a finalidade de organizar os espaços conquistados de acordo com os procedimentos coloniais úteis à transformação em mercadoria de tudo o que encontravam nas colônias para a geração de riquezas e acumulação de capital na Europa.

Diante da consciência das tragédias decorridas com a colonização, começou-se a desenvolver posturas anticolonialistas, e, a nosso ver, foram Marx e Engels que, por meio dos seus escritos, detonaram o processo de reflexão acerca da tragédia colonial. Nesse sentido, Kohan (1998) argumentou que, partindo da particularidade histórico-territorial da Rússia, Marx alertara que, longe de reproduzir suas ideias mecanicamente alhures, dever-se-ia considerar as peculiaridades históricas inerentes às outras formações histórico-econômicas². Isso comprova que, ao contrário do que se tem dito, Marx não somente não era eurocentrista e colonialista, como também lançou bases para o desenvolvimento de perspectivas anticolonialistas e pluriversais.

O sistema colonial fêz [sic] prosperar o comércio e a navegação. As sociedades dotadas de monopólio [...] eram poderosas alavancas de concentração de capital. As colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. **As riquezas apressadas fora da Europa pela pilhagem, escravização e massacre refluíam para a metrópole onde se transformavam em capital.** A Holanda que, pela primeira vez, desenvolveu plenamente o sistema colonial atingira, em 1648 [quando a então Capitania de Pernambuco com sua cidade-porto fazia parte da Companhia das Índias Ocidentais], o apogeu de sua grandeza comercial. (Marx, 1985, p. 871, destaque nosso)

Não obstante a emancipação política progressiva desses povos na chamada América Latina, a partir do século XIX, no âmbito de um processo de descolonização, o modo de ser e

² Segundo o próprio Marx, o conteúdo d'O capital fundamentou-se na realidade da Europa Ocidental. Kohan (1998, *passim*) asseverou, então que, para Marx, a separação radical entre produtor e meios de produção como expressão da base da evolução da expropriação dos camponeses não valia, por exemplo, para a Rússia. Na Europa Ocidental, a transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios de produção concentrados socialmente, engendrando a dolorosa e torturante expropriação do povo trabalhador, foi a origem do capital, a qual teve como consequência a suplantação da propriedade privada baseada no trabalho pessoal pela propriedade capitalista baseada na exploração do trabalho assalariado alienado; raciocínio que não poderia ser considerado para a Rússia tendo em vista que, neste país, os camponeses nunca tiveram a propriedade privada. Ademais, os camponeses russos encontravam-se no âmbito de comunidades agrícolas de considerável vitalidade, razão por que se deveria levar em conta que a experiência histórica da “comuna rural” nesse país seria o ponto de apoio da regeneração social na Rússia, tendo, assim, que eliminar, antes de tudo, as influências deletérias que as cercavam por toda parte, assegurando as condições normais para o “desenvolvimento espontâneo” e, por sua vez, “a liberdade e a vida popular”.

pensar nos “novos Estados-nacionais” continuaram seguindo a mesma lógica de antes. Destarte, houve apenas a passagem do poder das elites metropolitanas para as elites nacionais, as quais continuaram a usar e ocupar o território como no período da colonização.

Pelo que acabamos de colocar acima, reiteramos que a colonialidade ainda permanece como traço marcante que amarra os processos de administração dos territórios – inclusive os urbanos dos dias que correm – aos interesses ainda “intocáveis” do capitalismo.

Contudo, como a história da humanidade compreende um processo dinâmico que sempre está movimentando-se em algum sentido, acreditamos que esse modo de ser e pensar do capitalismo pode ser revisto e repensado em função do fato de que, no âmbito do seu próprio acontecer histórico, seus impactos engendram contradições as quais, volta e meia, suscitam questionamentos e conflitos.

Diante desse quadro histórico global de referências, o objetivo geral do presente escrito reside na defesa da perspectiva de administração urbana efetivamente democrática voltada, concomitantemente, para fazer valer os interesses dos povos originários e da classe trabalhadora. Para isto, colocamos como condição *sine qua non* o desmanche urgente das amarras históricas das relações sociais fundamentadas na colonialidade do poder e das mentes.

No bojo de uma metodologia aberta, dinâmica e flexível, utilizamo-nos da abordagem do materialismo histórico dialético associada à da decolonialidade. Isto porque, em países como os da América Latina – ou melhor, da *Abya Yala*, de acordo com as lutas dos povos originários do nosso Continente – não se pode continuar separando o capitalismo, por exemplo, da colonização, da modernidade e do racismo, processos que têm sido centrais na consolidação do modo de produção capitalista.

Acreditamos que uma abordagem não nega a outra, em função, sobretudo, das intrínsecas inter-relações entre ambas, tanto na teoria como na prática. Em outras palavras, elas se reforçam mutuamente. Losurdo (2020) tem razão quando acentua que foram os movimentos fundamentados em Marx que sempre estiveram do lado do povo tais como a condenação e luta contra a escravidão colonial em todas as suas formas, bem como a afirmação de uma autêntica moral capaz de respeitar cada pessoa, etc.

Recolocando a relevância do marxismo, pela sua eficácia no que se refere à ideia de liberdade fundamentada nas condições materiais de vida na sociedade, Losurdo (2020, p. 178) coloca que, em relação à “liberdade moderna” – a que nega povos coloniais, de origem colonial e dos/as trabalhadores/as assalariados/as da metrópole – proclamada pelos/as liberais, urge considerar a “Grandeza de Marx, de Engels e do movimento que se inspirou neles residiu

na capacidade de unificar essas três formas de luta de classes [luta do proletariado, luta nacional como expressão da luta de classes, lutas das mulheres] no mesmo gigantesco movimento de luta pela emancipação em seu conjunto”.

Tratando da questão da pedagogia que é um ponto fundamental para a libertação dos povos, Walsh (2007, p. 34) colocou que, além da relevância da pedagogia crítica que reforçava a necessidade de criar práticas pedagógicas críticas, deve-se, ao mesmo tempo, “[...] reconocer la existencia de *pedagogías* (en los movimientos, las organizaciones, los barrios, en la calle y, tal vez, en algunas instancias educativas) *decoloniales*”.

A estrutura do presente escrito acha-se organizada nas seguintes seções: além desta introdução e da conclusão; reforçamos a colonialidade do poder e das mentes como um traço histórico na administração urbana brasileira, depois de ter levantado alguns dos seus pressupostos teóricos e práticos dessa condição; e a necessidade do desmanche das amarras da colonialidade da administração urbana como ponto de partida para a sua efetiva democratização.

1 A colonialidade com um traço histórico na administração urbana

Nesta seção, apresentamos alguns dos pressupostos teórico-metodológicos gerais da colonialidade, na sociedade de classes, que permanecem nos procedimentos da administração urbana brasileira, com o escopo de resgatar o que se julgou essencial para considerar o que continua dificultando a libertação dos povos originários e da classe trabalhadora – dos seus fragmentos “de baixo – frente às amarras do poder e do pensamento, ainda, determinadas pelo eurocentrismo.

1.1 Alguns pressupostos sobre a descolonialidade

Compreendendo, no âmbito do movimento de descolonização³, uma perspectiva mais

³ Não é o momento de tratar, pormenorizadamente, este outro caminho; porém, é necessário ressaltar que, na busca de outros caminhos possíveis, as teorias e práticas da descolonialidade, fundamentando-se na contribuição das experiências dos povos do Sul, teve seus primórdios na Conferência de Bandung-Indonésia (1955) quando, na perspectiva do fortalecimento do terceiro-mundismo como caminho alternativo no período da Guerra Fria, falou-se e defendeu-se a descolonização abrindo espaços para a valorização das raízes dos povos da África, Ásia e América Latina. A partir deste último Continente, tais ideias começaram a ser aprofundadas de modo mais sistemático e radical nos anos 1990, ressaltando que, muito além da descolonização, ter-se-ia que superar a colonialidade – do Poder e das Mentes – a fim de retirar os povos originais do Sul da sua condição de invisibilidade, defendendo ainda a urgência de se considerar o racismo como traço central na formação dos territórios do Sul.

radical de resistência contra o pensamento eurocentrista europeu/estadunidense e do próprio movimento do pós-colonialismo, de tendência anticapitalista, antiimperialista e anticolonialista, a decolonialidade permaneceu fiel ao movimento efetivamente crítico à luz do autêntico materialismo histórico dialético. Neste sentido, destacamos, por exemplo, a vinculação da exploração de classe e da dominação nacional com a racialização da sociedade – convergindo, ao mesmo tempo, com o marxismo anticolonialista.

No âmbito da perspectiva supracitada, Dussel (2012), Quijano (2005), Grosfoguel (2011a) e Walsh (2015), dentre outros/as autores/as, têm chamado nossa atenção para a necessidade de distinguirmos, conceitualmente, os termos descolonização e decolonialidade. Advertência que nos é feita com a finalidade precípua de superarmos o mito da “descolonização do mundo” e/ou do “mundo descolonizado”. Isto porque, sem esta superação, continuar-se-á encobrendo a continuidade da colonialidade do poder e das mentes no mundo atual, mantendo, inclusive, o domínio autoritário do Norte sobre o Sul.

Entretanto, resistindo contra as tendências neo-colonialistas, entre o final do século XX e o início do XXI, o Sul não baixou a cabeça e, assim, retomou seu movimento de fortalecimento na condição de Sul Global. Isso aconteceu calcando-se nas próprias lutas políticas da *Abya Yaka* contra o neo-liberalismo – a herança da revolução em Cuba; as insurgências ocorridas na Colômbia, na Bolívia e no Equador, nestes dois últimos casos sobretudo as indígenas; o zapatismo no México, o chavismo na Venezuela, rebeliões na Argentina, na Bolívia, os protestos no Brasil, etc.

Segundo Quijano (2005)⁴, com significativa influência das ideias marxistas anticolonialistas de José Carlos Mariátegui, ainda vivemos em um moderno-colonial. Grosfoguel (2011a) defende que devemos romper o estreito pensamento sobre a colonialidade a fim de superar o inacabado e incompleto sonho da descolonização do século XX. Isto nos faz entender a necessidade de superar efetivamente o eurocentrismo com vistas à concretização da transmodernidade.

Transmodernity is Latin American philosopher of liberation Enrique Dussel’s utopian project to transcend the Eurocentric version of modernity [...]. as opposed to Habermas project that what needs to be done is to fulfill

⁴ Para Mariátegui (2007), apesar das mudanças sociais e econômicas ocorridas no Peru – desde a Conquista, a Colonização e a República – no âmbito da Independência do país, o “espírito colonial” continuou a influir tanto nas relações de poder quanto ao nível da educação. Esta percepção foi exemplificada pela manutenção das relações sociais e econômicas. A este respeito: “Las expresiones de la feudalidad sobreviviente son dos: latifundio y servidumbre. Expresiones solidarias y consustanciales, cuyo análisis nos conduce a la conclusión de que no se puede liquidar la servidumbre, que pesa sobre la raza indígena, sin liquidar el latifundio” (Ibidem, p. 40) Realidade que, por sua vez, *mutatis mutandis*, acha-se no processo histórico do Sul Global, tendo em vista que suas hoje nações “livres” foram colônias de países colonizadores no Norte.

the incomplete and unfinished project of modernity, Dussel's transmodernity is the project to fulfill the 20th Century unfinished and incomplete project of decolonization. Instead of a single modernity centered in Europe and imposed as a global design to the rest of the world, Dussel argues for a multiplicity of decolonial critical responses to eurocentered modernity from the subaltern cultures and epistemic location of colonized people around the world. (grosfoguel, 2011a, p. 26)

Reafirmando que, no século XIX, o processo emancipador na América Latina, hegemonizado pelos *criollos*, fragmentou-se interna e rapidamente, Dussel (2012) esclareceu o porquê do equívoco do sonho unificador dos movimentos e das lideranças libertadoras latino-americanas, em função da não afirmação dos projetos históricos dos indígenas, africanos libertos da escravidão, mestiços e outros grupos do bloco social dos oprimidos.

No âmbito da sua *Filosofia da Libertação*, como possibilidade histórica do diálogo intercultural a partir da afirmação da outridade – alteridade –, ao menos como ponto de partida para que *o-outro-excluído* e *dominado* possa efetivamente intervir no mundo, Dussel (2012) ainda chama nossa atenção para que continuemos a trilhar os caminhos necessários à transmodernidade quebrando o mito da modernidade.

Contra los Postmodernos no criticaremos la razón en cuanto tal; pero admitiremos su crítica contra la razón dominadora, victimaria, violenta. Contra el racionalismo universalista no negamos su núcleo racional, sino su momento irracional del mito sacrificial. No negamos entonces la razón, sino la irracionalidad de la violencia del mito Moderno; no negamos la razón, sino la irracionalidad Postmoderna; afirmamos la “razón del Otro” hacia una *mundialidad* Trans-moderna. (Dussel, 2012, p. 30)

Devemos, assim, retomar e reforçar nossas lutas pela inclusão da alteridade negada, fazendo valer a dignidade e identidade das Outras culturas – reconhecendo e respeitando a outridade – e possibilitando recuperar o caminho da transmodernidade. Ademais, de acordo com este mesmo autor, devemos colocarmo-nos na pele do índio, do africano escravizado, do operário explorado, das populações ribeirinhas, enfim, dos milhões de miseráveis das cidades latinoamericanas contemporâneas como exercício metodológico para superarmos nossa condição de encobertos/as.

Enfim, na condição de afirmar a razão como faculdade capaz de estabelecer diálogos na perspectiva efetiva da libertação dos povos, ou seja, fortalecer o discurso intersubjetivo com a razão do Outro, como razão alternativa, Dussel (2012, p. 202) chega à teoria da libertação.

Un proyecto de racionalidad ampliada, donde la razón del Otro tiene lugar en una “comunidad de comunicación” en la que todos los humanos [...] puedan

participar como iguales, pero al mismo tiempo en el respeto a su Alteridad, a su ser-Otro, “otredad” que debe estar garantizada hasta el plan de la “situación ideal de habla” (para hablar como Habermas) o en la “comunidad de comunicación ideal” o “transcendental” (de Apel).

Sob tais parâmetros, a realização da efetiva transmodernidade requer, ao mesmo tempo, a eliminação do racismo, sobretudo pela sua forte presença como elemento inerente à própria natureza da racionalidade colonial-moderna do capitalismo, na medida em que constitui fundamento da hierarquia global racista resultante das relações de superioridade e inferioridade entre povos, tendo como direção a linha do humano no interior do modo de produção capitalista.

De acordo com Grosfoguel (2011b), dialogando com a contribuição de Frantz Fanon, os sujeitos que vivem no lado superior da linha do humano encontram-se na *zona do ser* e os que vivem no lado inferior desta linha encontram-se na *zona do não-ser*.

As zonas supramencionadas tratam-se, respectivamente, dos lugares do colono e do colonizado, muito embora nenhuma destas escalas do acontecer humano seja homogênea, razão por que, muitas vezes, homens negros e mulheres negras têm negado sua condição de negros/as utilizando-se de máscaras – brancas – para encobrir sua condição de negro/a.

Surge, então, a necessidade de uma ação conjunta sobre o indivíduo e sobre o grupo. Enquanto psicanalista, devo ajudar meu cliente a *conscientizar* seu inconsciente, a não mais tentar um embranquecimento alucinatório, mas sim a agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais.

Em outras palavras, o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir; ou ainda, se a sociedade lhe cria dificuldades por causa de sua cor; se encontro em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-o a “manter as distâncias”; ao contrário, meu objetivo será, uma vez esclarecidas as causas, torná-lo capaz de *escolher* a ação (ou a passividade) a respeito da verdadeira origem do conflito, isto é, as estruturas sociais. (Fanon, 2008, p. 95-96)

Este mesmo autor aprofunda a problematização da referida consciência, colocando que, em vez de complementaridade entre as referidas zonas escalares da linha do humano, o que há, na verdade, é oposição entre elas, na medida em que, *mutatis mutandis*, “Regidas por uma lógica puramente aristotélica elas obedecem a um princípio de exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos está sobrando”. (Fanon, 2022, p. 35)

Grosfogel (2011b) acentua que, na primeira zona, vivem as elites imperiais e os sujeitos oprimidos ocidentais, enquanto que na segunda vivem os sujeitos oprimidos não-ocidentais no mundo colonial. Logo, esta hierarquia referente à dominação colonial também

se trata de uma espécie de racismo na medida em que a zona do *não-ser* encontra-se na condição de inferioridade racial frente à zona do ser considerada como superior.

Contudo, para que os aspectos supracitados no sentido da libertação da *Abya Yala* sejam efetivamente concretizados, é necessário que, ao mesmo tempo, se fortaleça a perspectiva da decolonialidade também das mentes, principalmente, no âmbito do pensar e fazer o mundo estendendo o processo de descolonização às demais escalas territoriais do nosso Continente.

Para isto, portanto, no âmbito do que Mignolo (2010) define como *desobediência epistêmica*, a fim de desmitificar a retórica da modernidade eurocentrista para desmontar a colonialidade presente e ancorada em todos os níveis da vida humana, devemos realizar uma pedagogia no sentido da decolonialização do poder e das mentes. Esta perspectiva é reforçada por Walsh (2015, p. 2) na medida em que ela retoma o papel dos/as intelectuais no âmbito das lutas contra a colonialidade do poder e das mentes.

Desde que entré al mundo académico, primero como estudiante y luego como profesora, hace 30 años, mis propósitos, intereses y emprendimientos han querido desaprender la modernidad racional que me (de)formó, y aprender a pensar y actuar en sus fisuras y grietas. Las fisuras y grietas se han convertido en parte de mi localización y lugar. Son parte integral de cómo y donde me posiciono. También son constitutivas de cómo concibo, construyo y asumo mis praxis. [...] Me identifico, más bien, como una militante intelectual, una intelectual activista o activista intelectual, y siempre como pedagoga.

Desse modo, o movimento da decolonialidade, como acentua esta mesma autora, não constitui uma nova condição a ser interpretada e implementada pelo governo, tampouco um modelo vertical de governo, mas acontece “[...] desde abajo; desde los márgenes y de los bordes; de la gente, las comunidades, movimientos, colectivos que restan, interrumpen y transgreden las matrices del poder colonial en sus prácticas de ser, su actuación, existencia, creación y pensamiento” (Walsh, 2015, p. 8).

Portanto, os territórios e suas respectivas territorialidades não constituem, segundo Porto-Gonçalves (2006, p. 164), substâncias a-históricas estando sempre em processo de reinvenção pelos sujeitos históricos que os instituíram “r-existindo e apontando para novas conformações territoriais”. Assim, a praxis é, verdadeiramente, o caminho para a transformação efetiva do mundo, des-encobrendo as diversas escalas da outridade com vistas a dar visibilidade e voz a quem verdadeiramente está comprometido com a libertação.

Destarte, desenvolver-se-ão condições efetivas para desmontar os discursos os quais, por exemplo, se baseiam, como acentua Porto-Gonçalves (2006, p. 153-154), na oferta da

modernidade como superação “[...] das mazelas da modernização como ciclo vicioso que, mais do que como farsa, se reproduz ampliadamente como capital por meio de injustiças devastações e tragédias nesse sistema-mundo moderno-colonial que nos governa”.

1.2 A administração urbana: persistência da colonialidade

No curso do acontecer histórico do sistema capitalista moderno-colonial-racista, o território – inclusive o urbano – é, ainda, administrado sob os parâmetros do modelo único de domínio territorial baseado na perspectiva do “espaço vazio”, a qual é reforçada, permanentemente, pelos imperativos da colonialidade do poder e das mentes inerentes ao eurocentrismo que persiste no tempo-espaço do mundo.

Sob a perspectiva supramencionada, Moraes (1997) argumenta que o processo de uso e ocupação predador e extensivo do território, apoiado pela tecnologia disponível, explorou e sugou o que encontrou à sua frente – bens naturais e territorialidades dos povos originários – com o propósito de incorporar as áreas conquistadas ao processo produtivo global do capital.

Na medida em que o centro dinâmico do processo é externo [na Metrópole Colonizadora] estabelece-se um fluxo desigual com a contínua drenagem do excedente produzido na colônia. O valor fixado no território colonial sendo o mínimo necessário para tocar a exploração. Assim, o padrão colonial latino-americano de valorização do espaço implicou um gradativo empobrecimento relativo dos territórios onde se instalou, uma destruição da riqueza natural sem uma agregação de valor ao solo compatível com a riqueza retirada. Numa perspectiva mais antropológica, podemos dizer que a noção de “conquista” recobre o entendimento que o colonizador tem desse processo. O território colonial é visto como um “espaço a se ganhar”, a submissão “civilizatória” de uma natureza bruta que engloba as populações autóctones – a qual aos olhos do colonizador aparece como mais um recurso natural da área colonizada. (Moraes, 1997, p. 37)

Permanecendo, portanto, como um traço comum na formação cultural das nações latino-americanas, segundo este último autor, mesmo após a emancipação político-administrativa das colônias, as elites destas nações têm-se apropriado do Estado para usar e ocupar o território nacional na perspectiva de espaço a ser permanentemente conquistado e preenchido, sob o discurso da modernidade, com os artefatos modernizadores. São estes que, na realidade, impulsionam a reprodução dos interesses das classes dominantes sobre as dominadas. O ambiente construído, a propósito,

[...] funciona como um sistema de recurso vasto, humanamente criado, compreendendo valores de uso incorporados na paisagem física, que pode ser utilizado para a produção, a troca e o consumo. [...] O ambiente construído

compreende toda uma série de elementos diversos: fábricas, represas, escritórios, lojas, armazéns, rodovias, ferrovias, docas, usinas hidrelétricas, sistema de suprimentos de água e tratamento de esgoto, escolas, hospitais, parques, cinemas, restaurantes – a lista é infinita. Muitos elementos – igrejas, casas, sistemas de drenagem etc. – são legados de atividades realizadas em relações de produção não capitalistas. A qualquer momento o ambiente construído aparece como um palimpsesto de paisagens moldadas segundo os ditames de diferentes modos de produção em diferentes estágios do desenvolvimento histórico. Nas relações sociais do capitalismo, no entanto, todos os elementos assumem uma forma de mercadoria. (Harvey, 2013, p. 315)

Sob os termos acima citados, a cidade constitui, portanto, um ambiente construído central do processo de expansão e reprodução dos interesses capitalistas, tornando território privilegiado das classes dominantes e, portanto, um modelo de uso e ocupação de espaços. Isso se deve, ao mesmo tempo, ao fato de que é nela que se concentram as formas espaciais de poder de decisão e de elaboração dos saberes associados que se ancoram nas mentes dos/as cidadãos/as colonizados/as sobre como usar e ocupar os territórios disponíveis.

Com a finalidade de ampliar e consolidar o seu poder de classe para manter seus privilégios, as classes dominantes impuseram, portanto, formas de uso e ocupação do território urbano, ajustando, permanentemente, o espaço geográfico de acordo com as necessidades do sistema.

E, uma vez no poder, continuou a realizar sua missão revolucionária, em parte via transformações geográficas internas e externas [colonização]. Internamente, a criação de grandes cidades e a rápida urbanização fazem que as cidades governem o campo (ao tempo em que o resgatam da “estupidez” da vida rural e reduzem o campesinato a uma classe subalterna). A urbanização concentra no espaço as forças produtivas e a força de trabalho, transformando populações dispersas e sistemas descentralizados de direitos de propriedade em imensas concentrações de poder político e econômico que acabam por se consolidar no aparelho legal e militar da nação-Estado. (Harvey, 2004 p. 41)

Considerando as experiências da administração⁵ urbana da cidade do Recife, no âmbito do processo de formação histórico-territorial do sistema capitalista moderno-colonial-racista no Brasil, identificamos que, nos seus quase cinco séculos de existência, o seu espaço

⁵ A contracorrente da atual tendência a utilizar o termo “gestão”, preferimos utilizar o termo “administração”, visto que, na nossa visão, o primeiro termo possui conotação ligada a práticas dos segmentos empresariais, o que, por sua vez, se acha atrelado à perspectiva de se gerir a cidade como se fosse uma empresa segundo parâmetros da agenda neoliberal a qual tem imposto o modelo do gerenciamento urbano. A este respeito, Harvey (1996, p. 49) acentua que: “[...] a abordagem do gerenciamento, tão típica dos anos sessenta, deu prontamente lugar a formas de ação de empreendedorismo urbano nos anos setenta e oitenta. Particularmente, nos últimos anos, parece ter surgido um consenso geral em todo o mundo capitalista avançado [e no Brasil, a partir, sobretudo, dos anos noventa] de que benefícios positivos têm que ser obtidos por cidades que assumem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico”. Destarte, em que medida uma cidade organizada sob os moldes desse “empresariamento urbano” pode contemplar os interesses das classes dominadas, exploradas, subalternizadas e oprimidas?

original – seu “sítio geográfico” – foi usado e ocupado como “espaço vazio”.

Nesta perspectiva, com a finalidade de criar o ambiente construído apropriado para fazer valer os interesses hegemônicos, o espaço foi permanentemente preenchido com o conjunto das infraestruturas necessárias para concretizar o “sentido colonial” o qual, para Caio Prado Júnior, resumia-se no fornecimento de recursos naturais – transformados em matérias primas – para as metrópoles.

Vale ressaltar que a aura de dinamismo econômico que pairava sobre as cidades-portos da América Latina, resultante das exportações de *commodities* valorizadas no mercado mundial, era, na realidade, insustentável; ou seja, era uma ilusão na medida em que, com a diminuição da demanda externa em razão das vicissitudes do mercado, provocava frequentes crises – “cíclicas” – as quais, por sua vez, repercutem fortemente nas sociedades locais.

Diante de tal fato, Galeano (2010) argumentou que, quanto maior era a quantidade de riquezas naturais disponíveis e, por sua vez, quanto maior o dinamismo econômico dos centros urbanos exportadores dessas riquezas, maior, também, era sua propensão para tornarem-se áreas subdesenvolvidas, em função sobretudo da sua dependência em relação aos interesses capitalistas sediados nas metrópoles colonizadoras.

Se, por um lado, a ideia supracitada, parece um paradoxo, por outro, ela representa o que realmente aconteceu com áreas antes colonizadas pelo sistema capitalista moderno-colonial-racista implantado pela Europa e continuado pelos Estados Unidos mundo afora, tendo, inclusive, reverberação nas escalas regionais e locais das nações colonizadas.

Na medida em que as classes dominantes das nações recém libertadas do colonialismo – subordinadas ao Norte – continuaram, segundo Leroy (2010), culturalmente, atreladas ao eurocentrismo, é natural que o seu *modus operandi* não mudou. Ademais, no modo de produção capitalista, são as classes dominantes que decidem como o espaço deve ser usado e ocupado, garantindo para si as melhores localizações, mesmo que isso tenha ocorrido com a remoção dos povos originários e da classe trabalhadora, explorando-os, subalternizando-os e oprimindo-os permanentemente.

Em Recife, por exemplo, Castilho (2020a) assevera que, durante os períodos clássicos do processo de formação histórico-territorial do capitalismo no Brasil – Colonial, Imperial e Republicano – o espaço foi usado e ocupado fazendo valer, preponderantemente, os interesses hegemônicos do sistema capitalista colonial-moderno-racista; o que se agravou, notadamente, a partir dos anos 1990, com as experiências de organização espacial da cidade sob os parâmetros do empresariamento urbano como manifestação contemporânea da colonialidade do poder e das mentes.

Desde os seus primórdios, a urbanização da cidade do Recife ocorreu de modo a conquistar, progressivamente, espaço, usando-o e ocupando-o para preenchê-lo com as infraestruturas necessárias para a formação do ambiente construído favorável aos interesses hegemônicos. Em cidade construída sobre um sítio geográfico – base físico-natural do espaço – “anfíbio”, que não dispunha de terras firmes suficientes, as quais, ao mesmo tempo, apresentavam dificuldades de drenagem, a luta pelo solo tornou-se muito relevante.

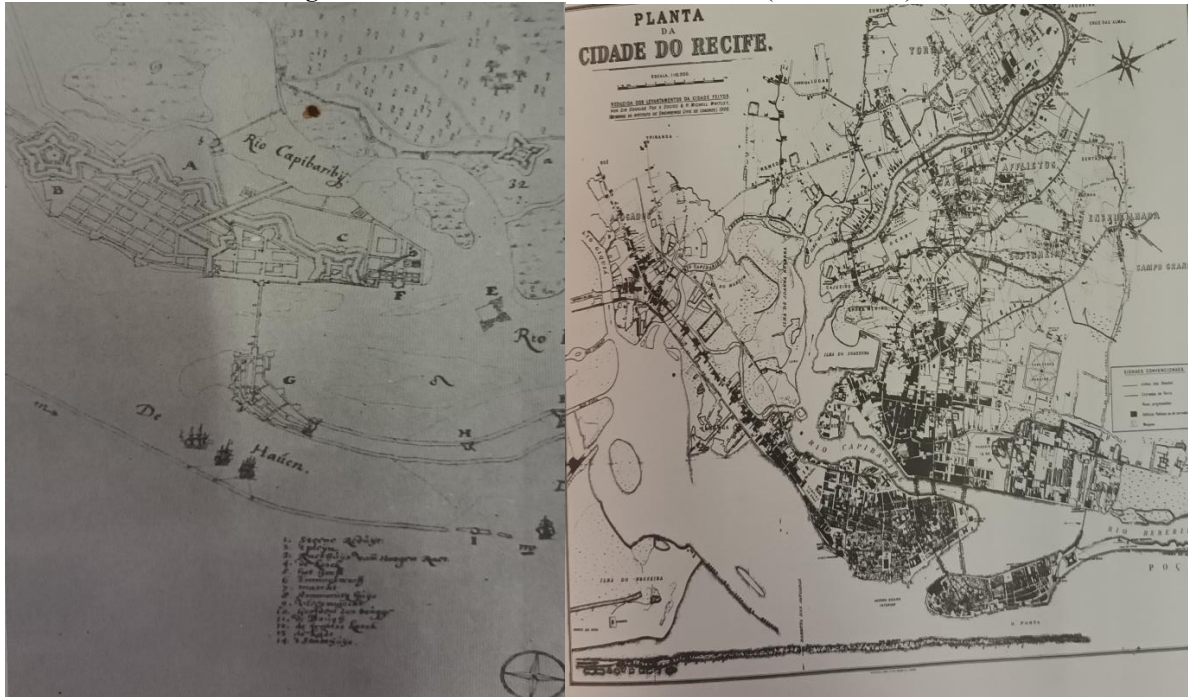
Na perspectiva do “espaço vazio”, inerente à colonialidade do poder e das mentes, a urbanização em Recife aconteceu, portanto, por meio da destruição dos bens da natureza – os quais deixavam, paulatinamente, de serem bens coletivos para tornarem-se recursos econômicos – e do desrespeito às culturas, em princípio, dos povos originários e, até hoje, da classe trabalhadora.

O processo de urbanização da cidade do Recife ocorreu, na verdade, de acordo com parâmetros inerentes ao antes experimentado “modelo da monocultura da cana-de-açúcar”, o qual já estava em seu pleno processo de expansão territorial nas áreas rurais da colônia: desmatando a floresta atlântica, poluindo os rios, empobrecendo os solos, explorando povos originários e africanos escravizados, etc.

Fruto da arrogância do sistema capitalista colonial-moderno-racista, o modelo de destruição e, portanto, de desrespeito para com a alteridade – a Natureza, os povos originários, etc. – acima ressaltado não fez que empobrecer no Mundo. Referindo-se à perda para a humanidade causada pelo extermínio de povos indígenas na *Abya Yala*, Boff (2022, p. 211) argumentou o seguinte:

Com a dizimação de mais de 500 povos, em mais de quinhentos anos de história brasileira, desapareceu para sempre uma herança humana construída durante milhares de anos de trabalho cultural, de diálogos com a natureza [de saber escutar a alteridade], de invenção de línguas e de construção de uma visão do mundo. Sem eles todos ficam mais pobres.

Se a urbanização em Recife, durante os séculos XVII, XVIII, XIX e XX (Figura 1), estava em pleno processo de expansão, preenchendo os “espaços vazios” com os objetos espaciais de interesse social e econômico; no curso do século XX para o XXI, com o espaço totalmente urbanizado e metropolitanizado, a conquista tem sido realizada por meio da implementação de planos urbanísticos sobre territórios ocupados por frações da classe trabalhadora que são expulsas para outras áreas da cidade.

Figura 1. Recife-PE nos séculos XVII e XX (1648 e 1906)

Fonte: Atlas histórico cartográfico do Recife, 1988.

A abertura da avenida Agamenon Magalhães – nome do interventor do governo estadual de Pernambuco no período da ditadura Vargas – no centro da qual se construiu o canal Derby-Tacaruna (figura 2 e 3), constitui um dos inúmeros exemplos emblemáticos das ações urbanísticas modernizadoras no território. Para isso, como sempre, não só se retificou o curso aquífero natural na área como, ao mesmo tempo, removeram-se diversas famílias que moravam nos mocambos – tipo de habitação popular característica da cidade em epígrafe – que faziam parte da paisagem local.

Figura 2. Recife-PE, obras da construção do canal Derby-Tacaruna e remoção de mocambos, na década de 1950 (1956)



Fonte: Jornal do Commercio, 21/09/2015.

Figura 3. Recife-PE, avenida Agamenon Magalhães, na década de 1990



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2022.

Expressão atual da modernização, os chamados “planos de revitalização⁶ urbana” têm-se tornado uma ação urbanística estratégica para as classes dominantes, a qual é justificada pelo discurso da criação da necessidade de recuperar áreas urbanas “degradadas” – ou melhor, abandonadas por frações das classes dominantes em períodos históricos anteriores – com a promessa de promover o “desenvolvimento urbano” na perspectiva da modernidade.

Entretanto, norteados por posturas higienistas de urbanismo, os referidos planos, na verdade, não fazem que justificar o propósito das classes dominantes de retomarem territórios antes abandonados e/ou ainda não ocupados por elas a fim de reorganizá-los com vistas à gentrificação. Nesse processo permanente de conquista de espaço, os territórios construídos historicamente pela própria classe trabalhadora são tomados, os/as moradores/as destes espaços são expulsos/as para outras áreas da cidade e o seu respectivo meio ambiente é destruído.

Em Recife, portanto, o ambiente construído pela urbanização adequada às intencionalidades do sistema capitalista colonial-moderno-racista passou por cima das peculiaridades socioterritoriais e ambientais locais, conquistando espaços às águas e da cobertura vegetal original – rios, canais, lagoas, manguezais, etc. – encobrindo⁷ os povos e as suas territorialidades que se encontravam nesses espaços de acordo com o que rezava o eurocentrismo.

A superposição do modelo de urbanização calcando nos parâmetros do sistema capitalista colonial-moderno-racista continua, assim, acontecendo nos dias atuais, o que se deve, notadamente, à persistência da colonialidade nos aparelhos do Estado brasileiro, repercutindo nas administrações urbanas locais.

⁶ O próprio termo revitalização já traz em si o caráter autoritário, violento e perverso da urbanização capitalista de meados dos anos setenta do século XX para os atuais, na medida em que revitalização do território indica, em princípio, que o lugar não teria mais vida e, portanto, necessitaria de ações que o revitalizasse. Contudo, a perspectiva do “espaço vazio a ser permanentemente conquistado” leva os/as planejadores/as do território a não enxergarem a vida que ainda permanece no território, ou seja, frações da classe trabalhadora e seus diversos modos culturais de existência. Talvez isso aconteça porque, no fundo, tais profissionais, geralmente representantes dos interesses das classes dominantes, desejam mesmo é eliminar o indesejável a fim de reorganizar o espaço urbano à imagem e semelhança dos modos de existência das classes dominantes.

⁷ Para Dussel (2012, p. 45), “América no es descubierta como algo que resiste *distinta*, como el *Outro*, sino como la materia a donde se le proyecta “lo Mismo”. No es entonces la “aparición del Otro” sino la “proyección de lo Mismo”: “encubrimiento”. Tesis eurocéntrica expresada, pero real en cuanto hecho histórico de dominación...”. Destarte, não só se encobriu *Abya Yala* levantando sobre ela a América Latina, como, ao mesmo tempo, continuou-se a encobrir quaisquer outras experiências diferentes em termos de uso e ocupação de territórios e formação de territorialidades.

2 O desmanche das amarras da colonialidade como ponto de partida

Nesta seção, colocaremos a suplantação da perspectiva do “espaço vazio a ser permanentemente preenchido” como ponto de partida e, ao mesmo tempo, necessário para a eliminação das amarras da colonialidade na administração urbana. E, em seguida, faremos alguns apontamentos para a construção de outra experiência de administração urbana menos presa à colonialidade.

2.1 A suplantação das amarras da colonialidade como tarefa inicial

A eliminação das amarras da colonialidade entranhada nos aparelhos da administração urbana não é uma tarefa fácil a ser realizada a curto prazo em razão da sua permanência intrínseca em uma sociedade de classes perversa ainda fortemente norteadas por parâmetros da modernidade eurocentrista.

Com efeito, o patriarcalismo, o preconceito de classe, a exploração e a opressão com relação aos povos originários e à classe trabalhadora, inerentes a uma nação na qual a escravidão se manteve por cerca de trezentos e cinquenta anos, ainda persistem fazendo do Brasil uma das sociedades mais desumanas e, por sua vez, mais perversas do mundo.

Contudo, na medida em que o movimento histórico é sempre dinâmico e inacabado, as contradições inerentes ao modo colonial de administrar o território contribuem para a abertura de brechas no sistema capitalista colonial-moderno-racista. Essas brechas suscitam não somente questionamentos mas, ao mesmo tempo, possibilidades de elaboração de projetos de resistência e, por sua vez, em termos de uso e ocupação do território.

No âmbito de tais possibilidades, tem-se que, antes de tudo, romper a concepção e a prática de administração urbana calcadas na perspectiva de que o território constitui um espaço vazio a ser permanentemente preenchido pelo conjunto dos objetos espaciais necessários, preponderantemente, ao uso e à ocupação do território como recurso puramente econômico. O referido rompimento constitui, assim, condição *sine qua non* para começar a minar, paulatinamente, o sistema capitalista colonial-moderno-racista.

A postura diferente com relação ao uso e ocupação do território contribuirá, simultaneamente, para dar visibilidade ao Outro – a Natureza, os povos originários e a classe trabalhadora – que sempre estiveram encobertos pelo referido sistema capitalista; o que acontece com a finalidade, sobretudo, de eliminar quaisquer possibilidades de questionamentos com relação aos seus propósitos especulativos.

Sabendo-se que a história não é linear, mas que, ao contrário, ela é um processo que se movimenta, permanentemente, em sentidos os mais diversos e contraditórios de acordo com as vicissitudes do tempo-espaço, as populações originárias e a classe trabalhadora que mobilizam suas várias formas de resistência e lutas sociais sempre devem estar fortemente articuladas e atentas para enfrentar as reações dos interesses das classes dominantes.

Não são raras as reflexões baseadas tanto na teoria como na prática social que têm dito e reiterado *ad nauseam* que o verdadeiro processo de transformação social não se concretiza apenas com teorias e leis, mas, concomitantemente, com a união, organização e mobilização efetivas do povo. É este, portanto, que tem que mobilizar as teorias e a legislação que dão suporte às suas resistências e lutas, segundo, por exemplo, Fanon (2022) e Freire (1987), consciente da sua situação na sociedade e proferindo suas palavras, falando.

Não obstante o seu olhar pós-colonial de tendência pós-moderna, não se pode deixar de considerar a reflexão realizada por Spivak (2010) em torno da possibilidade de fala do subalterno com a finalidade de refletir sobre formas de representação dos sujeitos subalternizados e, ao mesmo tempo, indagando sobre a cumplicidade dos/as intelectuais no processo de manutenção do silêncio dos/as subalternos/as. Para a autora, “[...] ignorar o subalterno hoje é – quer queira quer não – continuar o projeto imperialista” (Spivak, 2010, p. 97).

Somente quando os/as subalternos/as falam em contextos sociais e políticos democráticos é que se pode fazer valer a sua participação junto às instâncias da administração urbana do território, questionando a cidade que os alija do projeto civilizatório, posicionando-se sobre o projeto de cidade que desejam ter e sobre como este projeto poderá ser concretizado. Ademais, mesmo em contextos sociais e políticos desfavoráveis à participação social, o povo deve continuar dizendo sua palavra a fim de que os poderes instituídos o escute e, por sua vez, o enxergue.

Assim sendo, os poderes instituídos – executivo, legislativo e judiciário – serão obrigados a enxergarem as outras territorialidades que, também, estão presentes no espaço urbano, bem como os seus respectivos ambientes de existência. A propósito, Santos (2000) argumenta que somente “os de baixo” é que, assumindo seu protagonismo social, desejam a mudança, e isto sobretudo porque são essas pessoas que, tendo vivido a experiência da carência, é que possuem as condições para indicar o que realmente tem que ser feito no sentido da transformação.

2.2 Apontamentos para uma experiência de administração urbana decolonial

Diante da problemática ressaltada anteriormente, nesta seção, colocaremos alguns encaminhamentos⁸ concernentes ao exercício de outra experiência de administração urbana que ponha em prática as condições efetivas, visando à progressiva eliminação das amarras da colonialidade do poder e das mentes.

Trata-se, portanto, da busca de uma experiência diferente da que Harvey (1996) denominou “gestão empreendedora” da cidade norteadada pelos parâmetros desumanizadores do eurocentrismo, proporcionando as condições efetivas para dar visibilidade aos interesses dos Outros, ou seja, àqueles vinculados à diversidade sociocultural inerente ao território os quais têm sido encobertos pela racionalidade do sistema capitalista colonial-moderno-racista.

Partindo do pressuposto de que, longe de ser um “espaço vazio”, o território é um espaço cheio de vida – Natureza, povos, classes, culturas, etc. –, o primeiro encaminhamento diz respeito à necessária consideração da diversidade sociocultural do território, fazendo valer os interesses da coletividade social.

Tratam-se, portanto, dos interesses relacionados com a história das diversas experiências históricas de uso e ocupação do território postas em prática pelo próprio povo a partir da sua situação de subalternização frente aos interesses avassaladores das classes dominantes.

O segundo refere-se à necessidade de se levar em conta os resultados das reflexões teóricas realizadas acerca da temática ora discutida neste escrito na medida em que suas conclusões possuem condições de indicar os avanços ocorridos em termos de experiências de resistência e luta populares, bem como de avaliar as iniciativas e estratégias de enfrentamento às reações do sistema capitalista colonial-moderno-racista. Nesta perspectiva, acrescentamos que

Seria equívoco concluirmos que a luta popular prescinde de um conhecimento mais organizado. [...] O conhecimento mais sistematizado é indispensável à luta popular e ele vai facilitar os programas de atuar que tu dizias [programas preestabelecidos de conteúdos a serem ensinados]; mas esse conhecimento deve percorrer os caminhos da prática. Esse percurso, ele é imediato, o conhecimento “se dá” à reflexão através dos corpos humanos que estão resistindo e lutando, estão (portanto) aprendendo e tendo esperança. (Freire e Nogueira, 1989, p. 25)

⁸ Ressaltamos que esses encaminhamentos não caíram de paraquedas na mente do autor deste escrito, mas, ao contrário, foram levantados no curso de mais de trinta anos de pesquisas e ações realizadas junto a territórios construídos por segmentos da classe trabalhadora da cidade do Recife.

Complementando a necessidade do conhecimento organizado, o terceiro apontamento diz respeito à consideração dos avanços da legislação urbanístico-ambiental a qual, se efetivada, garante a concretização, pelo menos, da Reforma Urbana – coibição da segregação/injustiça social do território, participação na administração urbana e democratização da cidade – o que já seria uma conquista social significativa em termos da construção de cidades no Brasil (Castilho, 2020b; Castilho, 2023).

A lei do Estatuto da Cidade (EC), resultado da regulamentação da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) promulgada em 1988 – especialmente no que toca aos seus artigos 182, 183 e 225 – constitui um documento legal capaz de redirecionar os rumos atuais da cidade gerida como empresa.

O quarto, intrinsecamente atrelado aos anteriores, concerne à predisposição e à boa vontade dos/as planejadores/as da cidade e dos/as “intelectuais” para escutar o povo nos seus respectivos espaços vividos a fim de considerar suas peculiaridades socioculturais e territoriais as quais não podem ser negligenciadas em uma administração urbana efetivamente democrática. Isto porque, dialeticamente,

[...] há também – e felizmente – a possibilidade cada vez mais frequente, de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso dos instrumentos que na origem são próprios da cultura de massas. Nesse caso, a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos “de baixo”, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias. [...] Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. (Santos, 2000, p. 144)

Gente junta, enfim, começa entender-se no seu contexto histórico-territorial e a, por seu turno, apropriar-se do mundo mediante o pronunciamento da sua palavra no âmbito das suas lutas populares. Nesse sentido, foi-nos revelado⁹ que: os poderes instituídos devem ouvi-los (25 pessoas) ou escutá-los (15) mais; para o que a conversa (30) e o diálogo (10) constituem os meios fundamentais para se valorizar o território como uma totalidade complexa. (Figura 4)

⁹ Resultado de uma pesquisa realizada com 40 pessoas – moradores/as de territórios ameaçados de destruição, lideranças locais, etc. – indagadas sobre como e o que deveria acontecer para democratizar a administração pública.

Figura 4. Recife-PE, palavras proferidas por moradores/as ribeirinhos/as, 2023

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da plataforma WordArt.com, 2023.

Acrescentamos que o conjunto dos apontamentos anteriormente mencionados, se efetivamente praticados, reúne as condições para reforçar a perspectiva do território como “lugar forte”. Nesta perspectiva, Santos (1997) argumenta que a cidade *per se* é o lugar no qual o fenômeno da co-presença, associado ao da vizinhança, ganha uma nova dimensão que impõe a interdependência como práxis.

No lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e realidades de espaço e de tempo. No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (Santos, 1997, p. 258)

Enfim, a despeito da ordem da apresentação dos encaminhamentos acima ressaltados, eles se acham intrinsecamente inter-relacionados entre si de modo que todos/as possuam a mesma importância sem haver sobreposição de uns sobre os outros, coexistindo dialogicamente nos lugares dos povos oprimidos.

Trata-se, assim, sob pressão e vigilância populares, de fazer valer uma perspectiva pedagógica do Estado capaz de incentivar as ações políticas em curso, mas no sentido, por exemplo, da cosmovisão de *Abya Yala*. Nesta perspectiva, estar-se-á levando em conta a concepção e a prática territorial a partir “de baixo”, ou seja, das intencionalidades e lutas

efetivamente populares.

Tais parâmetros representam nosso – dos povos originários, dos segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora e dos seus movimentos populares, das instituições públicas dentre as quais nos incluímos como universidade, etc. – compromisso concreto com a permanente luta pela libertação dos povos da *Abya Yala*. Destarte, defendendo o ato de pensar à luz da palavra interpelante do povo descartado pela sociedade de consumo como sentido da filosofia da libertação e, portanto, fortalecendo os seus próprios lugares de vida, Dussel (2013, p. 206) escreveu que

Si el método dialéctico negativo permite acceder al fundamenteo del mismo pensamiento científico, el hecho de acceder a la exterioridad del sistema como totalidad permite poder alcanzar la máxima crítica posible. Si la filosofía de la liberación es el pensar mismo de la praxis de liberación, en la militancia como intelectual orgánico del pueblo, la filosofía se transforma en crítica de toda crítica; crítica radical, metafísica, más allá que la propia crítica dialéctica negativa. Por ello, la filosofía es muerte, muerte de la colonialidad, a la segura ingenuidad del sistema; es riesgo, riesgo de muerte, porque en neste caso la filosofía se levanta, dentro del sistema, como su rehén, como testimonio de um orden nuevo futuro, y formula claramente su provocación, la misma que la del oprimido pero ahora com el mismo código del sistema dominador.

Somente no âmbito desta perspectiva é que se conseguirá retomar o caminho da humanidade na direção da transmodernidade. O que implica o rompimento com a modernidade reforçadora do eurocentrismo a qual tem lançado mão de práticas incentivadoras da morte e, ao mesmo tempo, a retomada da vida como central no processo civilizatório.

Desse modo, não somente estaremos contribuindo para transformar a administração urbana na perspectiva da efetivação da sua democratização, como, ao mesmo tempo, para transformar a sociedade por meio da superação das suas amarras coloniais/colonizadoras.

Conclusão

Este escrito defendeu a urgente necessidade de romper com as amarras históricas da colonialidade do poder e das mentes no âmbito da administração urbana, como uma condição *sine qua non* para torná-la efetivamente democrática, superando a gestão urbana empreendedora dos dias que correm sob o neo-liberalismo.

A superação da ideia do “espaço vazio” a ser permanentemente preenchido pelos objetos intrínsecos aos interesses das classes dominantes comprometidas com a racionalidade do sistema capitalista colonial-moderno-racista constitui um ponto de partida essencial para a efetivação da referida administração urbana.

Associada à superação acima referida, colocamos a ideia de que se deve não somente reconhecer e valorizar as outras territorialidades referentes a outros modos de usar, ocupar e pensar o território; mas, ao mesmo tempo, escutar o povo – populações originárias, classe trabalhadora, etc. – que as teceram no curso das suas histórias de vida antes e depois da tentativa do seu encobrimento pelo colonialismo eurocentrista, e contemplar suas palavras a respeito da cidade.

É nessa perspectiva que se conseguirá retomar o caminho da humanidade no sentido da transmodernidade, implicando, assim, no rompimento com a modernidade reforçadora do eurocentrismo a qual tem lançado mão de práticas incentivadoras da morte; em contraposição da valorização da vida inerente à cosmovisão dos povos originários da *Abya Yala*.

Referências

BOFF, L. **O casamento entre o céu e a terra**. Contos dos povos indígenas do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022.

CASTILHO, C. J. M. de. A permanente construção no tempo histórico de um ambiente capitalista em Recife: tendência à homogeneização dos interesses dominantes. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 13, p. 2840-2856, 2020a.

_____. O uso do território no Brasil na perspectiva de uma revolução, mas qual revolução? A necessidade de uma pedagogia política **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 12, p. 275-388, 2020b.

_____. Territórios ribeirinhos em Recife-PE: a quem pertencem esses pedaços de espaço? **Revista casa de geografia de Sobral**, v. 25, n. 1, p. 102-122, 2023.

DUSSEL, E. **El encubrimiento del otro (hacia el origen del “mito de la modernidade)**. Buenos Aires: Docencia, 2012.

_____. **Filosofía de la liberación**. Buenos Aires: Docencia, 2013.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008 [1952].

_____. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022 [1961].

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P., NOGUEIRA, A. **Que fazer**. Teoria e prática em educação popular. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM editores, 2010.

GROSFOGUEL, R. Entrevista concedida a Carlos Arellán, no programa El mundo em contexto, aos 2 de março de 2023a. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=Sts5NC-1bJ8> Acessado em: 04 de abril de 2023.

_____. La decolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos, 2011b. Disponível: https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Ramon%20Grosfoguel%20CIDOB_2011.PDF Acessado em: 06 de maio de 2023.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, n. 39, p. 48-64, 1996.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

JORNAL DO COMMERCIO. “Construção do canal Derby-Tacaruna, gestão Pelópidas Silveira”. Recife, 21/09/2015.

KOHAN, Néstor. **Marx en su (Tercer) Mundo**. Hacia un socialismo no colonizado. Buenos Aires: Biblos, 1998.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

LEROY, J. P. **Territórios do futuro**. Educação, meio ambiente e ação coletiva. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

LOSURDO, D. **Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2020.

MARIÁTEGUI, J. C. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007 [1928].

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. 10ª ed. São Paulo: Difel, 1985.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad, gramática de la descolonialidade**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010. (Colección Razón Política)

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MENEZES, J. L. M. **Atlas histórico cartográfico do Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1988

QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

PORTO-GONÇALVES, C. W. “A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e

caribenha”. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. *E-book*. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf> Acesso em: 25 jul. 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, colonialidad y educación. **Revista educación y pedagogía**, v. XIX, n. 48, p. 25-35, 2007.

_____. “Notas pedagógicas desde las grietas decoloniales”. **Clivajes. Revista de Ciencias Sociales**, ano II, n. 4, p. 1-11, 2015.